



(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico à Comissão o recebimento da Carta nº 29, de 2015, subscrita pelo Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Júnior, Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, propondo a implementação dos planos municipais de saneamento básico.

O expediente será encaminhado à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Informo também o recebimento do Ofício nº 2, de 2015, subscrito pelo Vereador Gilberto Junior Vanderley Vaz, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Pedra, Estado de Pernambuco, encaminhando solicitação da Cooperativa Pernambucana de Laticínios da Pedra, em que narra o estado de calamidade pública em decorrência da estiagem que assola aquele Município e toda a região do Nordeste.

Desta forma, requer que as instituições financeiras prorroguem os financiamentos e sejam aplicados descontos de 85% para o pagamento dos mesmos.

Informo o recebimento também da Moção nº 107, de 2015, subscrita pelo Vereador Sérgio Roberto Cechin, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, apresentando moção de repúdio ao PLC nº 34, que altera a Lei da Biossegurança para estabelecer que os rótulos das embalagens de alimentos transgênicos ou que contenham 1% ou mais de componentes transgênicos em sua formulação deverão informar ao consumidor a natureza transgênica do alimento.

Informo ainda o recebimento da Moção nº 5, subscrita pelos Vereadores da Câmara de Luzerna, Estado de Santa Catarina, manifestando repúdio ao PLC nº 34, que modifica a Lei da Biossegurança.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 68 e 73, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, com a finalidade de debater a pecuária no Estado de Mato Grosso.

Comunico a presença, e agradeço antecipadamente, em nome dos Senadores membros desta Comissão, dos seguintes convidados, os quais convido para compor a mesa: Sr. José João Bernardes, Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso - Acrimat; Sr. Mário Roberto Cândia de Figueiredo, Conselheiro Fiscal da Associação dos Criadores do Mato Grosso; Sr. Luis Olavo Sabino dos Santos, pecuarista, membro da Associação dos Criadores do Mato Grosso; Sr. Luiz Carlos Meister, pecuarista, membro da Associação dos Criadores do Mato Grosso; Sr. Arno Schneider, pecuarista, membro da Associação dos Criadores do Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, que é o autor do requerimento desta audiência pública.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente Ana Amélia, Senador Moka e colegas que estão nos ouvindo pelo rádio e daqui a pouco chegam por aqui.

Cumprimento os nossos convidados que vieram a esta audiência pública, começando, à minha esquerda, com o Dr. Luiz Carlos Meister, Luis Olavo, João Bernardes, que é o Presidente da Associação, Mário Cândia e Arno Schneider.

Sejam todos bem-vindos.



Quanto à proposta, Srª Presidente, dessa discussão, veja que à mesa não temos nenhum representante de governo ou de qualquer outra entidade, só os pecuaristas do Estado do Mato Grosso.

A intenção desta audiência pública, conversando com os colegas pecuaristas – e eu faço parte de um grupo de WhatsApp com eles, então todo dia, pela manhã, quando me levanto, já tenho uns 20 bons-dias, porque eles se levantam muito cedo, pecuarista se levanta muito cedo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Especialmente leiteiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Especialmente leiteiro.

Quando venho para o Congresso, já tenho uns 20 bons-dias aqui.

Então, eu tenho participado no dia a dia das discussões e acompanhado as dificuldades que eles têm, os problemas.

Bom dia, Senador Acir! Seja bem-vindo!

O Senador Acir é de Rondônia.

Então, surgiu a ideia de que...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Uma pecuariazinha pequena.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas ele vai crescendo bastante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o quinto maior rebanho do Brasil, Senador Moka! Não faça isso! Não provoque! (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nós chegamos lá.

Então, a ideia era trazê-los a esta Comissão para que eles possam colocar aqui nesta Comissão não só as dificuldades que têm, mas quais são as nossas vantagens. E tudo aquilo que for dito aqui e para o que houver a necessidade de fazer um encaminhamento para outros órgãos de Governo, para o Governo, outras entidades das dificuldades e dos problemas que esse setor tão importante na economia brasileira e na economia do Estado de Mato Grosso... Que eles possam, então, aqui, nesta Comissão, que é a casa da agricultura, a casa da pecuária, expor aqui seus planos, seus problemas para que esta Comissão possa ajudar a encaminhar os problemas, se eles existirem, em busca das soluções.

Esse é um setor de extrema importância para o Estado de Mato Grosso, que gera alguns bilhões de reais na nossa balança comercial. Em ocupação de área, é a maior atividade que nós temos no Estado, superando em muito a área da agricultura, e é um setor que tem milhares de pequenos produtores. A gente sempre fala de agricultura ou pecuária e só pensa nos grandes, mas essa é uma atividade em que predominam os pequenos produtores, que, muitas vezes, têm dificuldades de cumprir com a legislação, cumprir com as regras que são colocadas, que, muitas vezes, são feitas olhando para o grande, como se todos pudessem cumprir aquelas regras, mas, na realidade, esse pessoal não consegue cumpri-las ou tem grandes dificuldades para cumprir essas regras. Porém, como bom pecuaristas, eles não se negam a fazer os esforços e fazer as mudanças.

Veja bem, Presidente, Srs. Senadores, como a evolução do controle nos é exigida e não nos são dadas, muitas vezes, as contrapartidas. Por exemplo, já há muito tempo, e não é só lá no Estado de Mato Grosso, exige-se que se façam as guias, as GTAs de transporte ou as notas eletrônicas, os controles todos, por meio eletrônico, mas o Estado



brasileiro, o próprio Estado de Mato Grosso, assim como os outros – não é difícil em Rondônia e no Mato Grosso do Sul –, o Estado não consegue dar a infraestrutura necessária de comunicação para que o produtor, lá na sua fazenda ou, muitas vezes, nem na fazenda, mas no Município em que ele está... Ele passa um dia, dois dias, muitas vezes, esperando para conseguir baixar uma guia para embarcar um caminhão de bois ou vacas que ele esteja vendendo ou transferir esses animais para outro setor.

Então, o Estado nos pede um absoluto controle, uma rigidez nos controles, mas não nos dá as condições necessárias para fazê-lo. Nós temos situações no Estado – e, mais uma vez, afirmo que não é diferente nos demais Estados – em que os produtores têm uma grande dificuldade de acessar os sistemas que a Sefaz tem, que o Ministério de Agricultura tem. Enfim, acho que esse é um assunto que vai permear as discussões aqui também porque, repito, o Estado cobra de nós, mas não nos dá as condições de fazer. Tem sido assim nos últimos anos, mas, como disse, os pecuaristas não fogem à responsabilidade de fazer, de evoluir. Se há alguém que defende a legalidade, defende os procedimentos, defende, inclusive, os certificados, que quer – bom dia, Deputado Sachetti, de Mato Grosso – a coisa bem feita e clara... Isso, porque há prêmios sobre isso, há dinheiro sobre a mesa a ser distribuído, se todas as regras forem cumpridas, e os pecuaristas de Mato Grosso, e tenho certeza que do Brasil, querem esse dinheiro que está na mesa nas suas contas, para poder fazer os investimentos, pagar as suas contas e fazer os enfrentamentos que têm que ser feitos.

Então, eu quero, mais uma vez, dar as boas-vindas aqui aos nossos convidados e dizer que esse é um segmento importantíssimo para o Estado do Mato Grosso, e não só atual, pelo valor econômico, pelo valor social de ocupação de mão de obra de pessoas no campo, mas porque, historicamente, é a primeira atividade que o Estado do Mato Grosso teve. E sabe quem fez, Presidente, Senadora Ana Amélia? Foram os gaúchos. Os gaúchos subiram, vieram buscando pastos, vieram buscando campos e chegaram ao Pantanal mato-grossense lá em 1700 ou 1800, não sei quando, trazendo gado e fazendo, então, a ocupação daquele solo. E muitos dos mato-grossenses que hoje são raízes do Mato Grosso têm antepassados gaúchos. Então, essa vontade do gaúcho sobre o Estado do Mato Grosso não é de hoje; eles já olharam isso há muito tempo. Se não me engano, o Senador Moka também é neto de gaúcho, descende de pessoas que vieram, anos atrás, em busca de terras para a pecuária.

Então, nós estamos falando de uma atividade econômica que proporcionou uma mobilidade social muito grande e que formou e forjou o Estado de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Rondônia.

Então, sejam muito bem-vindos, e vamos às discussões!

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

A iniciativa de V. Exª remete a uma... Penso que o Senador Moka tem toda razão: temos discutido muito a agricultura e muito pouco a pecuária, ainda que na sexta-feira, lá em Porto Velho, por iniciativa do Senador Acir Gurgacz, tenhamos feito uma produtiva reunião do ciclo de debates, debatendo em Porto Velho as dificuldades.

Já há 10 frigoríficos credenciados para exportação em Rondônia, e a dificuldade é a questão da infraestrutura para a defesa sanitária agropecuária. Então, é fundamental, está na raiz disso que o Senador Blairo fala, a infraestrutura. Quer dizer, da porteira para dentro, está tudo bem, está sendo feito o dever de cada; da porteira para fora, tudo são



dificuldades. Há a rastreabilidade, há uma série de prevenções na área de combate à aftosa e na zona com vacinação. Então, há vários problemas de infraestrutura.

Eu quero saudar o Deputado Sachetti, do Mato Grosso, que nos dá a honra de sua presença aqui, num debate de interesse do seu Estado, e agradecer ao José João Bernardes. Eu recebi aqui a terceira edição do livro de receitas feitas a partir de carne, porque Mato Grosso não tem só pecuária, pois tem também a suinocultura e a avicultura bem desenvolvidas. Então, muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fico feliz também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele trouxe suas receitas.

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Se V. Exª me permite – temos uma reunião da CMO daqui a pouco e vou ter que me ausentar –, eu quero dar as boas-vindas aos convidados do Senador Blairo, e desta Comissão, evidentemente, e complementar que, de fato, infelizmente, as coisas são assim: os produtores fazem a sua parte e o governo sempre vem atrás tentando acompanhar o desenvolvimento e o crescimento da agricultura e, principalmente, da pecuária. E foi exatamente isso que debatemos na última sexta-feira em Porto Velho, com a presença da nossa Presidente Ana Amélia, com o objetivo de discutir essa questão dos nossos fiscais sanitários para a questão de exportação. Nós estamos com uma dificuldade muito grande para que o Ministério da Agricultura faça o acompanhamento para exportar a carne produzida no Estado de Rondônia.

Veja que situação interessante, Blairo: nós, num momento em que estamos precisando de exportação, neste momento em que o câmbio é favorável, em que a produção do nosso rebanho tem aumentado muito no Estado de Rondônia, o Governo não consegue acompanhar oferecendo uma infraestrutura mínima, com pelo menos uns 10 a 12 fiscais a mais, para dar vazão a esse aumento da exportação brasileira.

Então, era só para fazer este registro e dizer que Rondônia agradece à Presidente Ana Amélia, que esteve, mais uma vez, conosco em Rondônia debatendo esse tema que é da maior importância não só para o Estado de Rondônia mas para todo o País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Sejam todos os nossos convidados bem-vindos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O pedido lá feito foi de que os concursados para a categoria de Fiscal Federal Agropecuário sejam chamados ou, então, que os servidores dos ex-Territórios possam ser aproveitados, pela experiência que têm. Então, foram essas as duas demandas que Rondônia nos enviou e que vamos encaminhar à Ministra Kátia Abreu.

Eu queria, então, agradecer aos nossos palestrantes e comunicar que, em função do tempo, daremos 10 minutos para cada expositor.

Passo a palavra ao Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso, Sr. José João Bernardes.



O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, que conhecemos de longa data, desde os tempos da televisão, e especialmente agora, porque acompanho assiduamente a Rádio Senado.

Ex^{mo} Sr. Senador Blairo Maggi, nosso conhecido parceiro na atividade, grande governador, a quem também agradecemos por esta extraordinária oportunidade.

Senador Moka, que também acompanhamos, especialmente no que se refere à sua atuação efetiva, atuante, na defesa dos interesses dos nossos negócios, especialmente porque – só para complementá-lo – Mato Grosso já foi um Estado só, com Rondônia e Mato Grosso do Sul. Hoje, estamos separados administrativamente, mas ligados nas nossas atividades.

Senador Gurgacz, também quero agradecer sua participação.

Cumprimento também os Srs. Deputados e os demais presentes.

Nós gostaríamos de iniciar a nossa apresentação.

Isso aí é mais ou menos onde estou, ali meio parecido... Um pedacinho de terra em cada lugar, inclusive no Mato Grosso do Sul, por questões de família, da minha esposa, uma pantaneira nhecolandense.

E aqui gostaríamos de apresentar uma visualização do atual Estado de Mato Grosso.

Todas as áreas em tons verdes são áreas, de acordo com a nossa ocupação, absolutamente preservadas, sempre citando que Mato Grosso, hoje, é um Estado que tem mais de 60% do seu território absolutamente preservados, temos muitas reservas indígenas, como vocês podem observar, temos uma concentração de agricultura com uma parte no sul e no médio norte e a pecuária em todo o restante do Estado.

Nós temos o maior rebanho do Brasil, como todos sabem, e, desde 2010, esse rebanho está mais ou menos estabilizado na faixa de 28 milhões de cabeças, com pequenas variações.

Nós temos uma área de pastagem que, como vocês podem observar, já teve o máximo de, aproximadamente, 26 milhões de hectares e hoje é de 24,7 milhões. Essa diminuição de área de pastagem está sendo transferida paulatina e continuamente para a agricultura, processo que deve continuar e, pelas nossas observações, ainda deve ser bastante aumentado, o que implica que nós, a cada ano, exerçamos menor pressão sobre o meio ambiente. Na medida em que a agricultura ocupa as áreas que hoje são de pastagem, obviamente, eles não promovem novos desmatamentos, bem como a pecuária.

Uma parcela do nosso rebanho é confinada. Tivemos o ápice em 2011, e hoje ele se mantém na faixa de 640 mil cabeças, mas outras tecnologias de aceleração de terminação, como o semiconfinamento intensivo, rotação de pastagens e técnicas utilizando melhoramento genético têm possibilitado, inclusive, a terminação de animais em tempo menor. Hoje, a idade média de abate do nosso rebanho oscila em torno da faixa de 30 meses, com grande capacidade de antecipar essa idade em função do uso dessas novas tecnologias.

Só para exemplificar, a pecuária é uma atividade de ciclo longo, e esse ciclo interfere na formação do preço dos bezerras e, coincidentemente, se reflete também no preço da carne. Nós estamos vivendo esse ciclo por ocasião ali...

Logo à sua esquerda... Deixem-me ver onde está o centro...

Isto aqui redundou... A partir do ano passado nós evidenciamos isto aqui, o que tem redundado numa redução da oferta de bois para o abate, e, apesar da crise, da redução do consumo, da redução do abate, nós ainda estamos vivendo a perspectiva de melhoria



de preço da carne do boi este ano. É um ciclo longo, porque existem fatores insuperáveis, como o problema do período de gestação da matriz – obviamente, nós conseguimos implementar tudo a partir do nascimento do bezerro.

Esse é o perfil da nossa pecuária.

Como o Senador já havia colocado, nós ocupamos este grande espaço, 27% do nosso território, e temos mais de 130 mil propriedades no Estado. Ou seja, o Estado é grande, mas a quantidade de propriedades é muito grande. A pecuária está no Estado de Mato Grosso há mais de 200 anos, desde antes do desmembramento do Estado, e algumas regiões se mantêm até hoje única e exclusivamente com a pecuária.

Bem, nós temos problemas, e vários deles decorrem do fato de termos uma fronteira seca com a Bolívia de mais de 700km. Pela grandeza do nosso território, nós temos um problema de sanidade. Temos uma fronteira seca enorme, o que possibilita, durante grande parte do ano, o trânsito de animais, de pessoas e de veículos. Nós temos um problema de segurança na propriedade decorrente, inclusive, dessa condição na região.

Constatamos, efetivamente, que a União é totalmente ausente nessa região, em todos esses 700km. Antes havia alguns destacamentos do Exército que faziam, digamos, um trabalho indireto. Hoje nós temos um único posto, que é da Receita Federal, na região de Corixa. As instalações são razoáveis, mas é o único local, digamos assim, de entrada e saída regular. Fora esse, não há nenhum controle efetivo que possa trazer segurança relativamente ao trânsito de animais, de pessoas, de armas, de drogas, de veículos roubados etc.

Nós temos a necessidade de implementar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Esse programa existe, e nós temos, na nossa faixa de fronteira, aquela de 150km, 28 Municípios do Estado de Mato Grosso localizados nela.

Com referência à nossa questão ambiental, queria dizer que Mato Grosso hoje é referência nacional na adesão ao CAR. Nós temos mais de 70% das áreas já inseridas no CAR. Nós temos, então, uma preocupação relativamente grande com a regulamentação dessas cotas de reservas ambientais. Se o Estado de Mato Grosso é um Estado que tem preservação extremamente alta, urge que se evolua nesse processo.

Questões fundiárias. Obviamente, nós as estamos acompanhando, e me parece que a primeira etapa foi muito bem sucedida, que foi a PEC nº 215, na qual temos interesse, acompanhamos. Aguardamos que esse processo seja concluído no ritmo com que tem sido encaminhado. Aguardamos as conclusões.

Com referência à PEC 71. Lembrei do Senador Moka, obviamente. Acompanhamos com muita apreensão o que ocorre em Antônio João e em outras regiões do Mato Grosso do Sul e temos certeza absoluta de que esse processo tem que ser contínuo, e nós temos que, efetivamente, concluir esse processo. No Brasil, é muito importante que essas questões sejam efetivamente tratadas e que as pessoas saibam que, se o interesse do Estado recai sobre uma terra hoje ocupada por um particular, a sociedade como um todo tem que ser responsabilizada e participar desse processo. Infelizmente, até hoje, em todas as ações que temos testemunhado, o ônus tem recaído quase exclusivamente sobre o detentor da terra, independentemente da qualidade, da origem e do título em que ele se baseia.

Dentro desse objetivo, nós temos um problema de validação de títulos emitidos por Estados, especialmente por causa dessa faixa de fronteira. No Estado de Mato Grosso, temos, como foi citado, 28 Municípios. Obviamente, nós temos problemas, inclusive ações



do Ministério Público questionando a validade desses documentos, e isso traz grande insegurança aos nossos proprietários.

Questão trabalhista. Nós não somos contra a legislação trabalhista de maneira alguma, não somos contra o trabalhador. Diga-se de passagem que, se há um setor onde há falta de trabalhadores qualificados, esse setor é o da agropecuária, que é um setor também em que não se fala em salário mínimo. Nós gostaríamos de ter uma legislação específica e, principalmente no que se refere à Carteira de Trabalho, gostaríamos que o País evoluísse e que ela fosse substituída por um cartão magnético para o trabalhador, impedindo esses desdobramentos burocráticos de assinatura com prazo – muitas vezes é impossível você chegar na fazenda com o documento e voltar.

Somos absolutamente favoráveis à terceirização, porque não é possível evoluir nessa questão do trabalho, do empresário, seja na área pública ou na privada, sem que você flexibilize a contratação.

Com referência ao crédito rural, é necessário que haja essa equalização. Entendemos que, dentre as atividades exercidas pelo homem, a produção de alimentos, em todas as suas formas, é das mais relevantes. Sem comida, ninguém trabalha, ninguém sobrevive. Aguardamos a viabilização da implementação desse plano. Apesar de estarmos em 2015, quase 2016, ainda não foram disponibilizados todos os recursos necessários.

Com referência ao Programa ABC, a Agricultura de Baixo Carbono, nós encontramos muitas dificuldades e temos a expectativa de que haja a possibilidade de melhorar a sua operacionalização para que os produtores, efetivamente, acessem esse documento.

Temos aqui um pedido. O Estado de Mato Grosso já firmou e já vem pagando o serviço da dívida contratada, que é o Pró-Concreto, R\$ 470 milhões, para restauração das rodovias estaduais pavimentadas. Já está, inclusive, pagando o serviço dessa dívida, mas não teve acesso ainda aos recursos dela decorrentes, apesar de eles estarem disponibilizados, por falta de uma garantia da União. Então, nós gostaríamos de, efetivamente, contar com o Senado no sentido de que isso seja emitido e o Estado tenha acesso a isso.

Eu queria agradecer, então, após apresentar este panorama inicial.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, José João Bernardes, que fez uma explanação absolutamente correta e objetiva a respeito da situação da pecuária do Mato Grosso.

Passo a palavra ao Mário Cândia, Conselheiro Fiscal da Acrimat.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu cheguei... Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço também a presença do Senador Dário Berger, do Senador Caiado, do Senador Wellington Fagundes e do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Trinta segundos só, Presidente.

Eu gostaria apenas de perguntar ao Dr. José sobre a quantidade de plantas... Já que vocês têm toda essa estrutura de pecuária hoje no Brasil, que é a maior, reconhecida por todos nós, pergunto quantas plantas frigoríficas vocês têm e quantos proprietários de plantas frigoríficas há hoje no Mato Grosso.



O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – Ainda não temos esses números absolutamente detalhados, Senador, mas temos 41 plantas, sendo que 20 delas fechadas, e não chega a meia dúzia de proprietários. Mas esses dados, em detalhe...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É o maior gargalo, hoje, da nossa pecuária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Sr. Mário Cândia, Conselheiro Fiscal da Acrimat.

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Bom-dia, Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Bom-dia a todos os Senadores, os quais cumprimento na pessoa do Senador Blairo Maggi.

Sinto-me muito honrado pelo convite para participar desta audiência.

Coube a mim falar um pouco sobre infraestrutura e logística de forma mais focada na pecuária de Mato Grosso. Se fôssemos falar de infraestrutura e logística em Mato Grosso, que é um dos maiores Estados do País, nós ficaríamos aqui a manhã toda. Como me foram dados 10 minutos, vou tentar compactar a enorme necessidade que temos hoje no Estado relativamente à melhoria da infraestrutura e à diversificação de modais, o que vai nos propiciar uma logística mais competitiva em termos de comércio.

Pesquisa recente da Confederação Nacional do Transporte – saiu agora, há dias – diz que as rodovias asfaltadas em Mato Grosso somam 8,5 mil quilômetros aproximadamente, sendo 3,8 mil a 4 mil quilômetros federais e 4,5 mil a 5 mil estaduais. Em estado ótimo de conservação temos apenas 445km. Ou seja, dos 8 mil quilômetros, entre estaduais e federais, temos somente 500km que podem ser chamados de rodovias. O resto são colchas de retalhos, tapa-buracos, calombos... Por causa de buracos, o nosso produto, o boi gordo, que tivemos um esmero muito grande para produzir, vai-se batendo, às vezes, por 600km, 700km, para chegar a uma planta frigorífica.

Então, a situação, hoje, da malha de Mato Grosso é esta pesquisa, que não foi feita por nós, mas pela Confederação Nacional do Transporte.

Mato Grosso tem três grandes BRs: a BR-163, que fica no coração norte-sul do Estado, a 158, que fica no leste, também norte-sul, e a 364, que fica no oeste, rumo a Rondônia.

Quanto às notas das BRs, a BR-163 está em estado "regular" para estado geral de conservação e a BR-364 está com "bom" para estado geral e "regular" para pavimentação. Estamos tão acostumados com estrada ruim lá em Mato Grosso que dizemos que uma BR é boa para nós porque não tem buraco. Então, para nós, essa já é considerada uma estrada boa. Mas, na realidade, todos sabem que a velocidade diretriz de uma estrada não está só ligada ao estado do pavimento. Nós teríamos de ter terceira faixa, nós teríamos de ter algumas rodovias já duplicadas em Mato Grosso. Estudos mostram que várias rodovias já deveriam estar pavimentadas, e nós não temos uma rodovia federal. Estamos começando a duplicar agora, através de uma concessão, a BR-163. Então, quando se fala que ela é boa, não é porque seja boa, mas aceitável.

Mato Grosso tem uma das menores malhas rodoviárias do País. A densidade rodoviária de quilômetro de rodovia para cada quilômetro quadrado de território é pequena. Vocês estão vendo lá, Mato Grosso tem 10km de estrada pavimentada para cada quilômetro quadrado de área. Então, você imagina, de mil por mil quilômetros, você tem só 10km de asfalto. Imaginem como estamos sendo servidos por estradas! O Brasil tem uma média de 25 mil, mas você vê que nós estamos quase que no último lugar em



termos de asfalto por quilômetro quadrado de território. Isso é uma coisa que vem de anos. Estamos sendo preteridos, preteridos, as BRs de Mato Grosso, do Pará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – É. Exatamente.

Então, esse índice é extremamente representativo e nos coloca numa posição muito confortável para exigir da União a melhoria das BRs de Mato Grosso e mesmo – por que não? – a pavimentação de várias BRs. Hoje, em Mato Grosso, como vocês verão a seguir, há um número grande de estradas federais que até hoje não estão pavimentadas.

Demanda do setor.

No setor de rodovia, que é um dos modais que hoje é quase unanimidade em Mato Grosso – vocês vão ver mais para a frente a situação dos outros modais –, nós temos a BR-163, Cuiabá-Santarém, que está sendo recuperada e pavimentada, e, no trecho do Pará, um trecho de 100km, conforme estão vendo ali, que ainda não estão pavimentados, para se poder ter acesso ao Porto de Miritituba.

O objetivo dessa BR-163, que são essas duas identificações, é a redução da distância de 700km, possibilitando o uso do modal hidroviário, que é no Baixo Tapajós, em Miritituba, onde já temos três portos, embarcando soja, com uma redução de custo logístico de 35%. A situação atual mostra que há ainda umas empresas lá terminando essa obra, que já está sendo executada há mais de dez anos, que é a pavimentação parcial, porque não vai chegar ainda até Miritituba. De Miritituba a Santarém há mais um trecho que ainda falta ser pavimentado.

A BR-080, que é uma leste-oeste, no norte do Estado, tem a pavimentação de Ribeirão Cascalheira, na BR-158, até Luís Alves. Então, são 195km de uma BR que faltam ser asfaltados para termos acesso à norte-sul, que, posteriormente, dará acesso ao Porto do Itaqui.

Então, vejam que toda a produção do leste de Mato Grosso, que é o setor que mais está crescendo, a região que mais está crescendo, pela substituição da pecuária degradada pela agricultura, está saindo por asfalto pela BR-158, para ir ao Pará para poder ter acesso ao Porto de Itaqui, quando nós teríamos acesso à Norte-Sul com 195km.

Esse pedacinho aqui... Isso não é história de 2015, mas vem do início do governo do Blairo. Essa história tem 12 ou 13 anos. E estão esperando Rima, etc., aquela história que está contada ali...

A BR-158, que é, vamos dizer assim, o tronco no leste, também – pasmem! – precisa da recuperação do pavimento, que é por onde hoje está saindo toda a produção do leste, de 246km no Estado do Pará, em Redenção. É por essa BR-158, de Mato Grosso ao Pará, que saíria toda a safra do nordeste de Mato Grosso, do norte de Goiás e do oeste de Tocantins. Haveria a redução da distância percorrida com a possibilidade também de ter acesso ao porto. Essa recuperação está em andamento.

E o que é mais grave: a BR-158 em Mato Grosso... Aqui é a BR-158 no Pará e aqui é a BR-158 em Mato Grosso. Falta licitar um contorno de uma famigerada terra indígena dos marava... Não sei nem falar o nome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – O Senador Wellington tem muito conhecimento dos índios lá e sabe pronunciar. *(Risos.)*

Falta lá um contorno de uma reserva.



Essa obra aqui era reta assim... Aí, no governo Blairo Maggi – eu estive presente no lançamento desse asfalto dentro da reserva –, foi lançada a obra, mas, quando fizeram os três primeiros bueiros, os índios fizeram uma folia lá... Isto faz 12 anos. Doze? Foi feito o lançamento lá no Posto da Mata, não é?

O senhor se lembra, Senador Wellington?

Foi feito o lançamento da obra, com o maquinário todo lá, mas ela foi interrompida.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Acabaram-se meus 10 minutos.

Então, essa obra nem foi licitada. É um contorno que vai aumentar a distância do asfalto em cerca de 85km – por dentro da reserva seriam 100km –, para sair toda essa produção para o Pará. Isso, para mim, como diz o repórter, é uma vergonha!

Serei mais rápido.

Aqui, a BR-364, recuperação do pavimento na rodovia, para ter acesso ao Porto de Itacoatiara, em Santarém.

A 242 também tem uma obra importantíssima, que é o sonho de Mato Grosso, que é a Leste-Oeste, que vai fazer a interligação da 364, da 158 e da 163...

E esta aqui – eu teria muito a falar sobre ela – também é uma estrada de terra, uma BR, a 174, no oeste de Mato Grosso, que faz o escoamento de toda a região oeste para o nordeste de Mato Grosso pelo sistema de Porto Velho.

Essa obra também, pode-se dizer, tem mais de 12 anos. Parece que agora vão sair três lotes lá de pavimentação.

Vamos falar rapidamente sobre ferrovias. Mato Grosso hoje só tem a ferrovia da Ferronorte, como vocês estão vendo aqui. Nós poderíamos estar tendo acesso à Norte-Sul, para termos acesso à Vila do Conde, no Pará. Também está faltando essa conclusão.

Construção do terminal ferroviário de Alvorada, em Tocantins, para servir à Norte-Sul, que nós, Mato Grosso, iremos usar.

Nós temos a Fico, que também... Eu fui a Lucas, acho que há cerca de oito anos, para o lançamento dessa obra. Foi em 2010. Faz cinco anos que foi lançada essa obra, mas até hoje não se sabe se vai ser concessão. Acho que a última conversa foi de que será uma concessão, mas é preciso fazer a concessão de Campinópolis até Lucas do Rio Verde. Posteriormente, essa ferrovia irá até Vilhena.

E é preciso agilizar a situação do trecho de Sapezal a Porto Velho.

Todas elas são para termos acesso tanto à Ferronorte como ao porto de Porto Velho.

É importante dizer que, quando você tem várias opções, de rodovia e ferrovia, começa a disputa de modal que vai propiciar a diminuição do preço do transporte.

A Ferrogrão, que é uma coisa recente, já seria uma ferrovia que vai de Lucas do Rio Verde até Miritituba.

Hoje, conforme foi mostrado lá, a BR-163, no Pará, Cuiabá-Santarém, ainda falta asfalto para ela terminar, e ela já está entupida. Já se fala em duplicar essa rodovia. E, daqui a uns anos, a própria rodovia não vai aguentar mais. Então, a solução seria essa Ferrogrão para tirar a produção para Miritituba, através de uma ferrovia. Houve a apresentação de estudo pela empresa EDLP agora, em novembro. Parece que foi já apresentado e está em andamento o estudo dessa ferrovia.



(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Fiol: agilizar licitação dos trechos em obras e a licitação do trecho Figueirópolis-Brumado. Em estudo.

E a Ferronorte, agilizar a construção e a implantação da Ferrovia Rondonópolis-Cuiabá.

Falemos do terceiro modal. Esse, em Mato Grosso, é zero. O terceiro modal nosso é completamente incipiente.

Temos a Tocantins: incluir no PAC e licitar as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço. Está em licitação.

EVTEA. Aqui, é agilizar os EVTEAs das hidrovias do Arinos/Juruena/Tapajós. Isso é uma história que já tem uns cinco anos que está sendo feita, e nunca sai esse EVTEA para decidir a hidrovia do Tapajós.

Paraguai/Paraná, implantação de hidrovia, está contratado o EVTEA, em processo de execução.

Rio das Mortes. Implantação da hidrovia Rio das Mortes-Araguaia. Contratado EVTEA.

Como vocês estão vendo aqui, tudo o que estou falando tem o A, EVTEA. Desde a estrada, tudo que estou falando tem o tal do A aqui, que é o meio ambiente.

Portos do Arco Norte. Agilizar a implantação dos terminais privados dos portos do Arco Norte.

O PL 3.009/97? viabiliza a navegação em rios potencialmente navegáveis. Vários barramentos estão sendo construídos sem a construção das eclusas, interrompendo a navegação. Isso aqui, acho que o Senado, o Congresso Nacional tem que entrar duro na lei das eclusas porque está havendo uma briga entre o Ministério de Energia e o Ministério dos Transportes para ver quem coloca os recursos nas eclusas, que darão condições nas obras – principalmente, no nosso caso, do Tapajós, que tem três grandes barramentos hidrelétricos – de não se interromper o sonho de Mato Grosso, que é ter um porto para exportar nossos produtos dentro do nosso Estado.

O projeto de lei do Senado de autoria do Senador Romero Jucá – isso é coisa recente –, cujo Relator atual é o Senador Blairo Maggi, dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental. Aqui, talvez todos aqueles EAs que estão lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Passou?

Parabéns a todos! Isso eu acho que é um grande passo que vamos dar em termos de logística não só no Mato Grosso, mas no Brasil. Parabéns a todos os Senadores!

Então, era isto que tínhamos para dizer.

Encerrando aqui, quero dizer que um povo sem memória é um povo sem história. Quero aqui lembrar que hoje a Acrimat está aqui... Pela minha memória, nós passamos a ser uma entidade forte a partir do momento que um saudoso agricultor chamado Clóvis Vetoratto, com uma ideia no início do governo Blairo Maggi, que criou um fundo, que é o Fabov, e nós estamos aqui com o Presidente do Fabov, Dr. Jorge Pires, que foi o primeiro Presidente da Acrimat... O Governador Blairo Maggi, pegando uma ideia do Clóvis Vetoratto, propiciou que o Governo do Mato Grosso tivesse uma associação...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Aliás, Mário, uma homenagem ao Clóvis: não foi só essa ideia, pois muitas ideias dele nós estamos executando hoje. Foi uma perda muito grande para o Estado e para o Brasil a morte dele.



O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Eu sou daqueles que têm memória, porque nós temos ter que história, e a nossa história de Mato Grosso passa pelo nome do Clóvis Vettoratto, principalmente no setor do agronegócio. E hoje estamos aqui três presidentes: o Jorge Pires, que está ali, que é um companheiro, guerreiro nosso da Acrimat, entidade que tem 40 anos, eu, que fui o segundo presidente, e o José Bernardes, o terceiro.

Quero agradecer, Senador, por seu governo ter fundado o Fabov, que é esse fundo, que é do boi. E nós temos o FACS, que é o da soja, e o Fialgo, que é o do algodão. Esses três fundos propiciaram esse tipo de trabalho que estamos apresentando aqui e vários outros trabalhos que levaram a pecuária, a agricultura e o algodão em Mato Grosso a atingirem, sinceramente, um nível internacional.

Obrigado a todos. Desculpem-me alguma falha.

Quero dizer para vocês que nós da pecuária estamos extremamente ansiosos por leis que destravem a nossa atividade, principalmente o setor do meio ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Mário Cândia.

Passo a palavra, de imediato, ao Luis Olavo Sabino dos Santos, membro da Associação dos Criadores de Mato Grosso.

O SR. LUIS OLAVO SABINO DOS SANTOS – Quero saudar todos e agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui.

Quero dizer, Senadora, o que é a pecuária hoje para nós em Mato Grosso.

O mercado da carne, a pecuária está presente em 100% dos Municípios brasileiros. O Brasil tem mais de 212 milhões de cabeças de gado e mais de 2,6 milhões de propriedades rurais, distribuídas em cerca de 170 milhões de hectares. É o segundo maior produtor de carne. É líder em exportação. Gera mais de sete milhões de empregos diretos. O subproduto abastece cerca de 50 segmentos industriais.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a cadeia produtiva de carne movimenta algo em torno de R\$170 milhões por ano. A produtividade aumentou 39% de 2000 a 2011 em nível nacional. Em Mato Grosso, ela aumentou em torno de 68% de 2004 a 2014 – olhem que crescimento fantástico! –, com investimentos em tecnologia, como pastejo rotacionado, confinamento e semiconfinamento.

A tecnificação permitiu a redução de áreas de pastagem sem prejuízo da produção, cedendo essas áreas para a agricultura e diminuindo a pressão sobre as florestas. Com o aumento da produtividade, está intensificado o uso de terras, o que diminuiu a pressão sobre novas áreas. O aumento da produtividade na pecuária tem impacto no desmatamento, com índice de redução de 84% desde 1998. Então, nós crescemos sem agredir o meio ambiente. Isso é muito importante. Com a melhoria nos processos de manejo, utilizando tecnologias mais intensivas, podemos aumentar ainda mais esses índices de produtividade. Algumas fazendas já conseguiram alcançar uma taxa superior a duas cabeças de gado por hectare.

Agora, temos algumas dificuldades. Há concentração de frigoríficos em Mato Grosso. O que isso dificulta? Senador Caiado, o senhor estava fazendo essa pergunta. É o maior rebanho que temos no Brasil com muito poucas unidades funcionando. Nós temos 41 plantas frigoríficas, e apenas 21 estão funcionando em Mato Grosso, que tem o maior rebanho do Brasil. Acontece que, com os frigoríficos fechados, diminuem as escalas, para que não venha a subir o preço do boi em Mato Grosso. Com essa concentração, eles preferem ficar com as unidades fechadas, para que não venha a subir o preço do boi em Mato Grosso.



O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – São financiados pelo BNDES.

O SR. LUIS OLAVO SABINO DOS SANTOS – São financiados pelo BNDES, como está dizendo o nosso Senador Caiado, que conhece muito bem esse setor.

Quanto ao consumo – olhe que coisa interessante, Senadora! –, conforme relatório da ONU sobre como alimentar o mundo em 2050, teremos de aumentar em 74% a produção de carne no mundo, e o Brasil é o único país capaz de atender grande parte dessa demanda com qualidade e preço competitivos, de forma socialmente justa e ambientalmente responsável. Com a abertura de novos mercados, com a queda de barreiras sanitárias, há a expectativa de melhorar a exportação.

Então, essa é a pecuária em Mato Grosso, que tem o maior rebanho do Brasil.

Peço que a senhora, como boa gaúcha – a pecuária entrou em Mato Grosso através dos gaúchos –, venha a defender isso conosco, para que isso venha melhorar o Estado. Hoje, ser produtor rural – trago isso dos pecuaristas de Mato Grosso – é muito difícil. Somos uma classe trabalhadora, mas não somos vistos com bons olhos.

Então, peço à senhora que nos ajude a mudar esse cenário no Brasil, para que o produtor rural venha a ter o devido respeito.

Senador Caiado, há fiscalizações. Não somos contra as fiscalizações, mas eles chegam às fazendas numa operação de guerra, através do Ministério do Trabalho e de outros setores. Isso intimida muito o setor. Somos favoráveis a isso, agimos corretamente, mas não somos tratados com o devido respeito.

Essas são as reivindicações que a pecuária do Mato Grosso está trazendo aqui.

Continuamos crescendo e ajudando o Brasil a se desenvolver. Queremos, em 2050, ser os maiores colaboradores para o aumento do alimento no mundo.

Agradeço a oportunidade. Agradeço aos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Luis Olavo Sabino dos Santos, que é membro da Associação dos Criadores de Mato Grosso – Acrimat.

Em seguida, passo a palavra a Luiz Carlos Meister, também membro da Associação dos Criadores.

Vamos finalizar com Arno Schneider.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Bom dia, Senadora! É um prazer e uma satisfação aqui estar!

Também sou filho de mãe gaúcha. Embora minha mãe tenha ficado em Santa Catarina, eu fui para Mato Grosso, onde me realizei plenamente também.

Cumprimento o Senador Blairo Maggi e, com a sua anuência, cumprimento o Deputado Sachetti e os demais Senadores aqui presentes.

Sou pecuarista e, como médico veterinário, fui incumbido de falar especificamente sobre a sanidade do rebanho bovino de Mato Grosso, assunto extremamente preocupante não só em Mato Grosso, mas no Brasil.

Isso nos preocupa também, Senador Blairo, em relação à soja, ao milho, ao algodão, à avicultura e à suinocultura. Caso tenhamos um foco de aftosa no Brasil, na parte de grãos, alguns países não admitem isso e, certamente, não vão importar soja e milho daquela região e daquele Estado produtor, pois há a possibilidade de se veicular o vírus para a alimentação de animais em outros países, o que é algo preocupante.

Por outro lado, dentro do orçamento do Ministério da Agricultura...



Desculpem-me por eu me emocionar. Fico até assustado. Sou médico pecuarista e posso ficar pobre no dia seguinte. Pasmem, mas o dinheiro para combater a febre aftosa existente no mapa do Brasil é de R\$80 milhões.

Os senhores são Senadores. A nossa República está cheia de problemas, mas acho que é necessário que se identifiquem e se priorizem os problemas, para que alavancuemos essas coisas.

E as nossas fronteiras? Mato Grosso tem 740km de fronteira com a Bolívia. Todos nós sabemos que a Bolívia é um país vulnerável. O Fundo Emergencial de Sanidade Animal de Mato Grosso, anualmente, dá milhares de doses de vacinas para que aqueles produtores possam vacinar seu rebanho. O maior rebanho, representado por aquela linha vermelha do lado esquerdo, está na Bolívia, e esses produtores precisam vaciná-lo, para nos dar um pouquinho mais de segurança. Agora, essa segurança é relativa, porque, nas áreas de fronteira, há um monte de Ministérios – o Ministério da Defesa, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Fazenda, com a Receita Federal, e o Ministério da Justiça –, mas cada um trabalha numa caixinha. Essas caixinhas não se comunicam, são todas estanques. Evidentemente, não haverá dinheiro para tudo. Agora, todas têm projetos grandes. O Ministério de Integração Nacional, por exemplo, tem um projeto para asfaltar toda a fronteira, o que é ótimo, o que é bom. O Ministério da Defesa tem um maravilhoso projeto, para 2025, para fazer o controle aéreo da fronteira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Meister, não tem um projeto, não! Tem a intenção, tem o traçado, enfim, mas não tem projeto.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Peço desculpas, pois fui informado de que seria um projeto. De qualquer forma, isso é ótimo. Se existe a intenção, que dê as mãos para os demais ministérios, de vez que são todos interessados em melhorar essa fronteira. Nós não podemos ficar com uma colcha de retalhos, com uma tela que não nos garante nada.

Em âmbito nacional, também por conta da exiguidade de recursos, nossa vigilância sanitária deixa muito a desejar. Técnicos, auxiliares, fiscais e médicos veterinários da defesa não saem dos escritórios. O Indea de Cuiabá tem 47 funcionários. Estão todos sentados, porque não há diária. Quando há diária, não há carro; quando há carro, não há gasolina; quando há gasolina, não há manutenção; e por aí vai. E isso é no Mato Grosso inteiro. E o Mato Grosso não é exceção, porque esses 80 milhões não são suficientes. Internamente também não se faz o trânsito.

Quando o Ministro Stephanes assumiu o Ministério, nós montamos, visando atender a certificação e a rastreabilidade, um sistema mais eficaz, mais moderno de defesa sanitária animal. Estamos trabalhando há oito anos nesse projeto. A CNA, que fez parceria com o Ministério, já bancou cerca de R\$20 milhões para a parte de *software* e *hardware*, a fim de bancar a Plataforma de Gestão Agropecuária. Todos os escritórios, todas as fazendas do Brasil, através dos Estados, já migraram seus cadastros para essa plataforma de gestão. Mas, infelizmente, por recursos, por burocracia, etc., isso não foi implementado, em que pese todo o *software* e todo o *hardware* já ter sido pago e estar à disposição do Ministério e os convênios terem sido firmados.

No ano passado, no Estado de Sergipe, havia um foco de estomatite vesicular bovina. O Estado comunicou que havia esse foco. No entanto, um escritório local de defesa sanitária animal emitiu um GTA para a saída de bovinos de Sergipe para o Mato Grosso. Esses bovinos passaram pela Bahia, por Goiás e adentraram o Mato Grosso.



Poderiam ter eliminado vírus em todo esse trânsito. Não houve fiscalização na saída. Felizmente, na chegada ao Mato Grosso, foi identificado esse foco.

Nesse caso, no Município de Castanheira, a doença atingiu muitos animais, em um rebanho de 1,02 milhão de animais. E teve um custo de R\$1,233 milhão bancados pelo Fesa, porque o Estado e o Ministério não possuíam recursos suficientes para atacar esse foco. Se não fosse o Fesa, Senador, que é mérito seu e do nosso saudoso Clóvis Vettorato, nós não teríamos como atacar o problema. Imaginem como seria no caso de aftosa!

Peço que coloque o eslaide da Grã-Bretanha, por gentileza.

Isto é para vocês terem ideia do tamanho da encrência que é a falta de vigilância e de defesa sanitária neste País.

Em 2001, a Grã-Bretanha teve um surto de febre aftosa com 2.030 focos no País. Foram abatidos, aproximadamente, três milhões de animais entre ovinos, suínos e bovinos. Eu tenho certeza de que todos vocês viram isso na televisão. Uma loucura o que foi feito lá, mas era necessário para erradicar o foco.

Um estudo da Universidade de Purdue e o centro epidemiológico da Aphis, que é o órgão de defesa sanitária animal nos Estados Unidos, em 2002, estimou uma perda, no caso de um foco nos Estados Unidos, de US\$14 bilhões. Mais recentemente, atualizando esse estudo, eles calcularam que o risco de perdas seria de US\$32 bilhões a US\$228 bilhões no caso de um evento de aftosa nos Estados Unidos.

Eu vou passar direto para a conclusão, porque já falei bastante.

O último eslaide, por gentileza.

Uma comparação entre Santa Catarina e Mato Grosso: a população de gado de Santa Catarina é de 4,3 milhões de cabeças; a de Mato Grosso, 28,5 milhões.

Postos fiscais: Santa Catarina, 33; Mato Grosso, que é quase dez vezes maior, 6.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Postos federais, 1.

Área em quilômetros quadrados: 95 mil contra 903 mil.

Vocês vejam o quanto o Mato Grosso é deficiente, em que pese Santa Catarina também ser bastante deficiente. Em Santa Catarina, o risco é pequeno porque a fronteira com a Argentina tem menor risco, ao contrário da nossa, com a Bolívia, com toda aquela extensão e os riscos que oferece ao nosso rebanho.

Concluindo, Senador Blairo Maggi e demais Senadores, o total das exportações do Brasil, de janeiro a outubro de 2015, segundo o MDIC, é da ordem R\$160,5 bilhões. Mato Grosso, só em carne bovina, R\$776,62 bilhões; e soja, R\$6,9 bilhões. Não conseguimos dados atualizados de algodão, carne suína e frango.

Aqui cabe a necessidade de uma reflexão. Vejam a importância desses números do agronegócio para o Mato Grosso e para Brasil e reflitam sobre o quanto a nossa defesa é frágil, sobre o nosso risco e as perdas econômicas.

Muito obrigado, senhores. Espero que se tenham sensibilizado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, caro Luiz Carlos Meister, pela exposição sobre mais um componente dramático da deficiência da nossa logística, porque sanidade também é logística para a pecuária mato-grossense e brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.



O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente. Só para colaborar com o Meister. Para atualizar o número relativo à falta de recursos na questão da defesa animal, ele pode traduzir isso na moeda mais atual da República. O que está disponível é meio "barusco" só para fazer a defesa animal e vegetal no Brasil. (*Risos.*)

Meio "barusco"; é pouco dinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, dá para ver que é menos.

Para finalizar as exposições e, depois seguirmos os questionamentos, passo a palavra ao Arno Schneider, que também é membro da Associação dos Criadores de Mato Grosso.

O SR. ARNO SCHNEIDER – Bom dia, Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão; bom dia, Senadores.

Coube-me falar sobre a pequena e média propriedade de bovinocultura de corte no Estado de Mato Grosso. Eu sou pecuarista no Estado. A minha renda é exclusivamente da pecuária de corte.

Vamos a uma pequena estatística sobre as propriedades em Mato Grosso. Essa estatística surpreendeu a mim mesmo, pois pensei que havia muito mais grandes propriedades no Estado. No entanto, a concentração das propriedades de bovinocultura está mais em pequenas e médias propriedades do que em grandes.

Há pouco, a Senadora Ana Amélia disse que os problemas da pecuária de corte estão fora e não dentro da propriedade. Eu acho que, na pecuária de corte, ainda temos muito que progredir para dentro da porteira. Talvez esse seja o setor menos desenvolvido, talvez não, com certeza, é o setor menos desenvolvido do agronegócio. A agricultura de grãos, a cotonicultura, a suinocultura e a avicultura têm um nível tecnológico de ponta mundialmente falando. A pecuária de corte ainda está longe. Só para se ter uma ideia, há uma série de tecnologias disponíveis, e normalmente não são absorvidas e aplicadas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Há um conservadorismo.

O SR. ARNO SCHNEIDER – Um conservadorismo.

Quais são as causas disso?

O desconhecimento tecnológico, em razão da tradição. A tradição do pecuarista não é de abertura tecnológica. Isso é cultural. Então, ele demorou mais tempo para aplicar a tecnologia.

Eu acho que a agricultura de grãos e a cotonicultura estão ávidas e aplicam as novas tecnologias imediatamente. No entanto, a pecuária de corte vai muito lenta nisso aí. Na parte zootécnica, ainda há muita coisa que está sendo feita, que está sendo aplicada, mas, na parte agrônômica da pecuária de corte, é praticamente zero. Ninguém considera pastagem como uma cultura. Na pastagem, que tem de dar todos os anos, exportam-se minerais através do gado que sai, ocorre alguma erosãozinha, e, naturalmente, os pastos vão-se degradando, porque não há geração espontânea de minerais no solo. Então, a tradição também é um fator cultural que dá um atraso à nossa pecuária. Isso tudo promove pastagens degradadas ou em avançada fase de degradação, acabando por gerar uma descapitalização do pequeno e do médio proprietário de pecuária de corte.

Esse proprietário de pecuária de corte, hoje, possui uma renda aproximada de R\$80,00 por hectare/ano. Isso é muito pouco, isso apenas precariamente sustenta economicamente uma propriedade pequena de pecuária de corte.

O que nós temos de fazer? Assistência técnica para viabilizar a adoção de tecnologias e o acesso de crédito rural com valores e prazos adequados. Eu acho que o



pequeno e o médio proprietário da pecuária de corte já estão começando a ficar mais maduros para aceitar novas tecnologias, mas eles não têm capital para fazer isso. A pecuária de corte é diferente da agricultura. Caso se aumente a produtividade no pasto, o que custa dinheiro, é preciso aumentar-se o gado, porque se abriu oportunidade para aumentar o rebanho. Desse modo, necessita-se duplamente de capital: um para reformar o pasto, e outro para aumentar o rebanho. Então, é necessário para resolver o problema da lucratividade da pequena e da média propriedade de pecuária um acesso ao crédito com valores e prazos adequados, com uma assistência técnica conjunta, porque ele não sabe fazer essas coisas.

A diversificação do uso do solo das propriedades. Na minha propriedade, faço um sistema silvipastoril: é integração pecuária com floresta. Eu faço isso com a essência florestal chamada teca. Por que eu utilizei a teca? Porque é um valor agregado maior e, num sistema silvipastoril, tem de se colocar menos árvores por hectare. Então, ela fica mais adequada num sistema silvipastoril. O que acontece nesse sistema? Implanta-se uma floresta de uma maneira que não prejudica em nada a produção pecuária, em zero. Eu tenho de fazer uma adição de renda com a inclusão da árvore na pastagem. Adição – esse termo tem de ser levado em conta. Adição de renda. A floresta não vai prejudicar em nada a produtividade do pasto. E, um dia, ela vai ser colhida, e é um aumento de renda que vai haver para esse pecuarista. É uma grande poupança e uma diversificação econômica. Não se depende exclusivamente de carne. Há o bem-estar animal também. Há uma série de vantagens em tudo isso. E também há a integração lavoura e pecuária, que é muito interessante hoje em dia e também é uma maneira de promover um aumento de renda do proprietário.

Isso envolve capacitação, assistência técnica e profissionalização dos produtores.

Os resultados esperados são, obviamente, estes aí: aumento de produção e produtividade, com aumento de renda; modernização desses produtores; ganho de qualidade de vida; sustentabilidade social, econômica e ambiental; e liberação de áreas abertas para outras atividades econômicas, para produção de grãos, viabilizando o próprio setor.

Sobre isso, eu gostaria de falar o seguinte. Com a pecuária de corte, é tipo um pulo do gato. É uma situação muito interessante para o País hoje.

A pecuária de corte ocupa 120 milhões de hectares, sem contar as pastagens nativas. A agricultura de grãos e toda a agricultura nacional ocupa 60 milhões de hectares, a metade disso. Se nós duplicarmos a produtividade da pecuária de corte em termos nacionais, nós podemos liberar mais tanto para a agricultura: 60 milhões de hectares. Isso é extremamente fácil de fazer. É só usar um pouco de adubo. Com 220kg, eu dobro a produtividade do meu pasto e dobro a lotação. Como estamos muito atrasados ainda, o salto de produtividade é muito grande. Depois que se chega a um nível mais elevado, é difícil conseguir índices, mas, quando se está num sistema mais atrasado, é fácil duplicar. E duplicar, triplicar ou quadruplicar a produtividade do pasto é só uma questão de dosagem de adubo.

E ninguém pensa em produtividade de pasto. A parte agrônômica da pecuária está sendo totalmente esquecida. Isso vai exigir, então, um projeto e políticas públicas para execução desse projeto. Isso poderá ser uma grande revolução da agricultura e da pecuária nacional e seria a inserção definitiva do Brasil como grande produtor e exportador de alimentos.

Obrigado.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, caro Arno Schneider.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, eu gostaria que se voltasse ao primeiro eslaide da apresentação, sobre a estratificação do tamanho dos produtores. Eu queria dar uma olhada nisso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

Número de propriedades e quantidade de cabeça de bovinos: até 300 cabeças, são 84% do total, com 92.666 propriedades.

O SR. ARNO SCHNEIDER – Isso é IBGE.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De 301 a 1.000 cabeças, são 11.642 propriedades, o que representa 10,63%.

Assim, 84,63% têm até 300 cabeças – pode-se dizer que, para aquele Estado, são pequenos proprietários.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, já vou antecipar uma pergunta – talvez, a assessoria deles tenha de ajudar.

Eu gostaria de saber, depois, qual é a renda média dessa propriedade até 300ha. Quando a pecuária vai...

O SR. ARNO SCHNEIDER – Em torno de R\$80,00 por hectare/ano. Uma propriedade com 500ha em bovinocultura de corte, com atraso tecnológico, quase não se sustenta economicamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é a renda. E qual é o custo?

O SR. ARNO SCHNEIDER – É o lucro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos fazer por mês para ver quanto dá isso aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não. O lucro líquido é R\$80,00. E qual é o custo que o senhor tem para chegar a esse lucro? O senhor tem um custo para isso. A receita...

O SR. ARNO SCHNEIDER – Não, não. Eu não tenho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A receita...

O SR. ARNO SCHNEIDER – São R\$80,00 por hectare/ano.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só uma observação: até 1.000 hectares, se somar, representa praticamente 95%...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São cabeças. Aí são cabeças.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A quantidade de cabeças...

O SR. ARNO SCHNEIDER – Como a lotação é mais ou menos um para um...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É um hectare, uma cabeça. Não estou tão...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para ter uma ideia da dificuldade do pecuarista, nessa conta rápida de R\$80,00 por hectare/ano, são R\$2.000,00 por mês durante todos os meses. Só que todos os custos têm de ser tirados. Talvez, para um pecuarista desses, sobre...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É líquido.



O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Já é líquido? Então, são R\$2.000,00 por mês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por isso, eu quis saber o custo. Eu quis saber essa proporção, mas ele só tem a receita líquida, o resultado apurado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Por isso, quando há oferta de trabalho na cidade, o cara sai do campo para ganhar R\$3.000,00 ou R\$4.000,00 na cidade. Ele não corre risco nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois dessa correção que me fez o Arno Schneider, declarando que não é correta a minha afirmação de que, da porteira para dentro, é feito o dever de casa, então, eu vou dizer: exceto a pecuária do Mato Grosso. Vou ter de falar isso, porque, no Rio Grande, o pessoal está trabalhando bastante...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há vários grupos trabalhando para aumentar a tecnologia genética, as pastagens. Então, esse é o processo. Claro, é um clima diferente do Mato Grosso.

Eu queria agradecer.

O Senador quer falar também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Deixe-me só dizer que o que o Arno – permita-me chamá-lo assim – falou é exatamente isso. Aí há uma questão cultural do conservadorismo dos pecuaristas. O pai, muitas vezes, forma o filho médico veterinário ou agrônomo, mas não deixa o menino implantar a tecnologia.

O pecuarista... Eu falo porque é família tradicional com pecuária.

É exatamente essa a dificuldade, e a salvação é essa linha mesmo. Se você começar a adubar a pastagem, você vai liberar.

Em Mato Grosso do Sul, temos um Município, Maracaju, em que o pessoal começou a fazer essa adição – estão chamando de adição – da agricultura, pecuária e floresta, que eu acho que é o caminho para as pequenas e médias propriedades, principalmente para as médias. Quando se consegue ter, em uma única propriedade, um pouco de agricultura, a pecuária e a floresta, como ele disse, isso não atrapalha absolutamente em nada e representa uma poupança para a família.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dário Berger e Senador Flexa, mas a preferência é para o autor do requerimento, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu vou abrir mão, vou deixar para falar por último. Só quero registrar a presença do Deputado Ezequiel Fonseca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia fazer isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Ele é o coordenador da nossa Bancada de Mato Grosso, Deputado Federal e está nos prestigiando aqui com a sua presença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Junto com o Sachetti.

Muito obrigada. Agradeço-lhe, Deputado Ezequiel, pela sua presença aqui também.

(Intervenção fora do microfone.)



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Dário e o Senador Flexa também.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só fiz uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, com a palavra o Senador Blairo.

Está aqui Waldemir Moka. Está aqui anotado! É por chegada. E hoje eles correram no corredor para ver se chegavam na minha frente!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu ouvi atentamente e comentava aqui com o Senador Flexa Ribeiro, com o Senador Blairo que os problemas do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul são muito assemelhados. Essa fronteira vocês têm com a Bolívia, e nós temos com o Paraguai. Nós já tivemos dois focos de aftosa, o que representou um prejuízo enorme para Mato Grosso do Sul, principalmente para o produtor rural, para o pecuarista.

Quero até fazer uma provocação aqui. A verdade é que o pecuarista demanda muito pouco. É diferente do agricultor. O agricultor está sempre demandando.

Por isso, eu gostei desta reunião. Na Comissão de Agricultura da Câmara, eu cobrava do pessoal, cobrava do Heinze, mas nós só falamos de agricultura; não falamos de pecuária, e eu acho que é um segmento importante, muito importante.

Desculpem-me, mas o Arno diz que são 160 milhões de hectares; para a agricultura, 60. Quer dizer, com muito pouco investimento, nós podemos liberar outros 60 milhões para a agricultura, se você aumentar essa produtividade, em vez de uma, para duas cabeças por hectare.

É nisso que temos de focar, na minha avaliação. Não são todos os Estados, mas, principalmente, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, Goiás e Tocantins. Fazer um grupo que consiga...

Por exemplo, todos os anos, Sr. José João Bernardes, vem essa mixaria de recursos para a vigilância sanitária, a que o Meister se referiu. É uma loucura isso! Só de carne – de carne! – exportamos em torno de US\$8 bilhões. Essa é a nossa contribuição. Nós temos que brigar para colocar na vigilância sanitária R\$300 milhões, e esses R\$300 milhões são para fazer convênio com os 27 Estados. Vejam a dificuldade! O Governo tem de enxergar isso como prioridade, essa questão da vigilância, porque o prejuízo é muito grande.

Todos os anos vou à Comissão Mista de Orçamento brigar para aumentar, porque o que vem no Orçamento é uma coisa ridícula!

O que ele viu, só para tranquilizá-lo, não vai ficar, evidentemente, nesses 80 milhões, porque nós vamos brigar aqui.

Não é muito, porque está havendo dificuldade de orçamento, mas, nos anos anteriores, eu, pessoalmente, estive brigando por isso.

Outra coisa: não permitir – colocamos na LDO – que se faça o contingenciamento desse recurso, porque esse é o tipo do recurso que tem de ser usado preventivamente.

Quando ouvi você discutindo aqui, parece que eu estava ouvindo o pecuarista do Mato Grosso do Sul. Os problemas são muito assemelhados. A minha sugestão é que possamos fazer uma reunião como esta, do Mato Grosso, só que eu envolveria o próprio Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Tocantins e Goiás, para que



tivéssemos raios X de corpo inteiro da pecuária brasileira – não subestimando nenhum outro Estado; desculpem-me se deixei de citar algum Estado cuja pecuária seja mais evoluída –, e trataríamos especificamente do tema "pecuária".

Para finalizar, vocês reclamam do seguinte: no Congresso Nacional, somos muito poucos aqueles que conhecem a vida do campo, pois 80% dos Parlamentares são urbanos. Não é por maldade, mas eles não conhecem a vida do homem do campo, os problemas das propriedades rurais. Não é má-fé, não; é por falta de vivência mesmo. São poucos aqueles que conhecem o campo por formação acadêmica, e há aqueles que, como eu, embora médico, foram criados na fronteira, cujas famílias sempre mexeram com pecuária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Estão inscritos o Senador Dário, o Senador Flexa e o Senador Wellington.

Sim, Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Uma colocação: o Orçamento dos 26 Estados e do DF, para o ano que vem, defesa sanitária animal, é da ordem de R\$1, 260 bilhão. Só para informação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o valor pago pelos Estados, não pela União.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Pelos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os Estados é que estão bancando; e os Estados estão com dificuldades seriíssimas na gestão das suas contas públicas, porque não estão tendo dinheiro nem para pagar servidor, como é o caso do Rio Grande do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desse R\$1 bilhão, se deixarmos o Orçamento como está, a contribuição da União, que tem a responsabilidade, vai ser de 80 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo a palavra, então, ao Senador Dário Berger, ao Senador Flexa e ao Senador Wellington Fagundes, pedindo a colaboração de todos, pelo fato de haver muitos inscritos, para termos brevidade na exposição e concluirmos aqui um bom encaminhamento.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, quero saudar todos os expositores, saudar V. Exª e, especialmente, o Senador Blairo Maggi, pela iniciativa desta audiência pública.

Preliminarmente, se desse para colocar aqui aquele eslaide que compara Santa Catarina com Mato Grosso, porque aquele é um negócio muito importante, inclusive em decorrência da nossa audiência pública, que vamos fazer em Chapecó, amanhã. Dá um parâmetro numérico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 33 inspetores fiscais. São 33 fiscais. É esse aí. São 33 cabeças por hectare.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É um parâmetro numérico que, por si só, demonstra por que Santa Catarina é o único Estado livre da febre aftosa sem vacinação.

Aí já vem, preliminarmente, uma pergunta: por que Santa Catarina tem toda essa logística de proteção dessa questão sanitária e os outros Estados não a possuem? De quem seria essa responsabilidade? Seria só dos Estados? Seria da União?

E por que não pensamos num plano de maneira geral mais amplo em todo em todo Brasil, para que possamos construir um novo cenário, semelhante ao de Santa Catarina,



porque o mercado da carne de Santa Catarina, Senador Blairo Maggi, é muito importante exatamente pela certificação que tem. E isso abriu muitos mercados. E Santa Catarina se destaca não só nessa área como em outras áreas.

Eu sei que esta audiência pública é para discutir a questão ligada a Mato Grosso praticamente, mas quero me inserir nesse cenário, Senadora Ana Amélia, para dizer que, inegavelmente, o agronegócio exerce papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País.

Não há dúvida de que ele responde por quase 25% do PIB em nível nacional e 40% aproximadamente de tudo que é exportado pelo País. Então, isso significa, Senador Wellington Fagundes, que nós não podemos fechar os olhos para essa realidade. Não podemos poupar recursos e nem esforços para manter vivo esse viés econômico, que ainda tem proporcionado uma certa sustentabilidade ao País.

Srª Presidente, na medida em que vamos ter um crescimento negativo, e estamos tendo um crescimento negativo das outras atividades, é o agronegócio ainda que está colocando o Brasil de pé, porque pelos outros vieses econômicos, nós já estamos curvados, estamos ajoelhados. Estamos diante de uma crise sem precedentes em toda a nossa história.

Portanto, esta uma questão fundamental.

E eu quero só lembrar, aproveitando esta oportunidade, que eu sou o relator de uma matéria, que, ao final, me obriga a fazer um relatório aqui sobre essa questão da defesa sanitária no Brasil. Fui escolhido pelos meus pares aqui exatamente por ser de Santa Catarina e por Santa Catarina ter essa certificação diferenciada do Brasil.

Amanhã, vamos dar continuidade a isso, com a presença da Senadora Ana Amélia, lá em Chapecó, celeiro de produção agrícola de Catarina. Chapecó, a capital do agronegócio de Santa Catarina, é onde ocorrerá a última audiência pública que faremos, com vistas fundamentalmente a discutir a questão de um plano de defesa agropecuária do País.

Acho que esta audiência pública é muito importante na medida em que traz subsídios substanciais para que possamos elaborar um projeto, um relatório, que possa servir inclusive a um projeto de lei, que possa surgir, partindo da própria Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para gradativamente construir um novo cenário de política sanitária em nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Dário Berger.

Retomando o número, são 33 postos de fiscalização estadual em Santa Catarina. No Mato Grosso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Santa Catarina tem uma área de 95 mil quilômetros quadrados. Mato Grosso tem 903 mil quilômetros quadrados. Postos fiscais estaduais em Santa Catarina, 33. No Mato Grosso, com toda essa área e com toda a expressão econômica em relação ao rebanho bovino, que é o maior do País, tem seis postos estaduais.

Agora, já quanto aos postos federais, que estão sob inspeção do SIF para exportação, há um posto em Santa Catarina e um posto no Mato Grosso. Aí é que está a defasagem e a diferença entre o que faz a União e os Estados em relação à defesa sanitária.

Esse dado é realmente relevante.



Eu queria passar a palavra ao Senador Flexa e, em seguida, ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, senhores convidados, como sempre, as audiências aqui na Comissão de Agricultura são importantes, porque é o agronegócio que está sustentando o nosso País.

Se não fosse Senador Blairo, o agronegócio, a situação seria muito mais difícil do que essa com que estamos a conviver.

Mas eu fico, Senadora Ana Amélia, até satisfeito de ver que o Estado do Pará tem uma posição de destaque no cenário do agronegócio no nosso País.

Lamentavelmente, o Governo da União, agora, tardiamente – mas antes tarde do que nunca –, está acordando e percebendo que o Estado do Pará é a saída natural para que a produção do Brasil tenha a competitividade ou aumente a sua competitividade em âmbito mundial.

Muito do que os senhores falaram foi lincado com o Estado do Pará. Temos lá problemas seriíssimos. E não é só lá, mas no Brasil inteiro.

Senador Blairo, V. Exª relatou ontem, na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, um projeto que dá um tratamento especial às licenças de instalação, de operação e de construção ambientais para os projetos estratégicos, porque é impossível você projetar algo para que seja implantado em dois, três anos e levar dez anos para tirar a licença ambiental. Ou seja, a tecnologia que avança acaba sendo superada.

Nas exposições, percebemos que estradas e portos de escoamento no Estado do Pará estão previstos há muito tempo. A BR-163 está lá há décadas, e a cada ano ficará pronta. Era em 2013, 2014, 2015, e não será mais; também não será em 2016. E por aí vai. Os portos que lá estão sendo implantados estão sendo implantados pela iniciativa privada.

Eu convido todos os dias o Senador Blairo para que ele não vá lá só usar o Pará como saída da produção dos grãos, mas que vá também nos ajudar a desenvolver, porque o Pará hoje, Senadora Ana Amélia, é a extensão do agronegócio do Brasil. A soja e o milho estão entrando no Pará. Hoje, nós produzimos, só ali no sul do Pará, fronteira com Mato Grosso, em Santana do Araguaia, mais de um milhão de toneladas.

Eu vou propor, Senadora Ana Amélia, à CRA, que faz um trabalho sob a sua Presidência de excelência, que possamos fazer duas audiências públicas: uma, aqui em Brasília, em que possamos fazer... O Senador Moka propôs que se juntassem Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rondônia. Eu acho que, em especial, Mato Grosso e Pará.

Eu acho que os dois Estados estão ligados umbilicalmente. O Pará depende, necessita do apoio de Mato Grosso, e Mato Grosso também necessita do apoio do Pará. Então, eu acho que os dois Estados estão interligados.

E o que o Sr. Arno falou é verdadeiro. Nós temos no Pará 24 milhões de hectares abertos e não precisamos tirar uma árvore a mais, derrubar uma árvore. Basta que se utilize, como ele colocou, parte dessa área para o agronegócio, que são pastos abandonados.

E uma segunda audiência em Belém, para tratar da produção de grãos no Estado do Pará. Aí, Senadora Ana Amélia, nós queremos levar a *expertise* de Mato Grosso para ajudar o Pará a desenvolver a produção de grãos no nosso Estado.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa, pode providenciar o requerimento que nós o apreciaremos na Comissão.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Quero saudar todos os pecuaristas que aqui estão: o Dr. José Bernardes; Luis Olavo; meu companheiro e colega, o veterinário Luiz Carlos Meister; o Dr. Mário Cândia e também o Arno Schneider. Estão também conosco o nosso Coordenador Ezequiel, o Deputado Adilton e o Dr. José Guaresqui, Superintendente do Ministério da Agricultura, que tomou posse agora há pouco lá no Estado de Mato Grosso.

Ouvi bastante aqui. Quando cheguei, o Bernardes já tinha terminado, mas eu o ouvi pelo rádio, no trânsito, de lá para cá.

Praticamente não se falou da pecuária de leite, não se falou do pequeno produtor. E penso que é importante falar da cadeia como um todo, porque principalmente a questão sanitária está presa mais ainda ao pequeno produtor, principalmente ao assentado do Incra. O controle sanitário é bastante complexo, porque às vezes o cidadão está lá e não tem condições mínimas para viver. Esse é um problema sério, principalmente no Estado de Mato Grosso, onde nós temos um dos maiores volumes – acho que são Mato Grosso e Pará –, os maiores números de assentados no Brasil. Por incrível que pareça, também sem a sua regularização fundiária. Grande parte desses produtores não têm documento. Ele é um sujeito que foi colocado e relativamente abandonado, por estradas, por falta de uma política governamental, há muito tempo.

O nosso Estado desenvolveu-se muito. Temos orgulho de falar que somos o maior – o maior produtor disso, o maior produtor daquilo, o maior rebanho também –, mas o pequeno e o médio relativamente não têm política de governo.

Eu gostaria que vocês abordassem este aspecto, o apoio do Governo como um todo. A questão da Embrapa para a pecuária. Nós temos um grande centro de pesquisa moderno, implantado em Sinop. E eu gostaria que vocês fizessem alguma consideração...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para dar economicidade à audiência, a colocação do Senador foi sobre a questão dos assentamentos, a regularização fundiária, o risco da aftosa nessas áreas. Então, depois o Presidente responde ao Senador Wellington Fagundes.

Vou conceder a palavra ao Deputado Adilton Sachetti, embora seja uma reunião da Comissão formada por Senadores. Nós temos democratizado, porque, dependendo do tema, como o de hoje, a pecuária de Mato Grosso, os Deputados comparecem – e também o coordenador.

Então, tem a palavra o Deputado Adilton Sachetti.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, não terminou, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora, como médico veterinário, e lido na área em Mato Grosso, eu poderia falar um dia inteiro, porque os problemas de Mato Grosso, na verdade, são imensos em relação à política de governo.

Eu ia no raciocínio aqui das empresas de pesquisas, a cadeia da nossa indústria no Estado. Aqui se falou de frigoríficos. Eu estive agora há pouco, inclusive indicado pela nossa Presidente, para acompanhar a nossa Ministra ao Japão e à Rússia. E o que eu



ouvi foi muita reclamação ainda da qualidade da nossa carne. O Japão não compra carne bovina há muito tempo. E lá nós estávamos tentando abrir o mercado. Na Rússia, compram, mas reclamando inclusive da qualidade dos nossos frigoríficos.

Acho que é outro aspecto importante que vocês podem esclarecer. Se não for suficiente o tempo hoje, talvez possam mandar para a Comissão, porque isso pode gerar outras discussões e outras reflexões nossas aqui, até para provocar o próprio Ministério da Agricultura.

Então, além dessa questão fitossanitária, há a questão da comercialização, com mais profundidade. Acho que seria importante.

Em Mato Grosso, como já foi falado aqui, nós temos um fundo. Esse fundo tem ajudado muito nesse controle, principalmente da febre aftosa.

Mas nós temos também muitas denúncias da implantação do vírus da febre aftosa de forma isolada, para que fiquemos dependendo *ad aeternum* de ser um país com vacinação. Isso dificulta também a nossa comercialização externa.

Claro, que a gente tem aqui um tempo limitado, mas gostaria de, principalmente colocar para vocês, produtores, que nós precisamos trabalhar não só numa audiência pública. Acho que esta presença, cuja iniciativa do convite é do Senador Blairo, é importante. A Frente Parlamentar da Agropecuária é muito forte aqui no Congresso e está tomada principalmente pela produção de grãos, que é mais forte, mais representativa. Porém, hoje, Srª Presidente, principalmente em Estados grandes como Mato Grosso, os maiores produtores estão-se transformando nos agricultores, porque os pecuaristas cada dia mais estão recuando.

Como foi falado pelo Arno, o pecuarista é refratário à tecnologia, mas é o pecuarista tradicional ou aquele que não tem condição alguma, que é o abandonado lá, o pequeno abandonado. Se houver assistência, como já houve no passado, uma extensão rural, todos querem melhorar a sua produção, querem melhorar a sua produtividade e principalmente melhorar o lucro.

Nós sabemos que o subsídio lá fora, nos Estados Unidos, por exemplo, ao se manterem os animais, perto da área urbana inclusive, há isenção de imposto, há desconto no imposto. Na Europa, da mesma forma. Para se manter uma vaca de leite, chega-se a ganhar de subsídio US\$1 mil por ano, US\$1.3 mil.

Então, são todos esses aspectos. O Brasil é muito grande, e falta dinheiro para tudo, mas o BNDES criou um programa de recursos para a Amazônia, na época, parece de 6 bilhões. Nós não conseguimos utilizar os recursos. Então, penso que não adianta criar o programa se não houver também todo um projeto para dar sustentação.

E aí quero concluir mencionando a Sudeco, porque acho que é um instrumento muito importante – já foi importante para Mato Grosso, para a pecuária. As grandes propriedades de Mato Grosso, no passado, foram desenvolvidas através da Sudeco, com a Sudam e outras linhas de crédito.

E hoje voltamos a ter a Sudam, o FDCO, algumas fontes de recursos. E estão sobrando recursos, porque não há projetos. Mas como se fazerem projetos se não há toda uma estrutura? E a Sudeco hoje é um organismo importante que precisamos apoiar para criar programas de apoio à nossa produção agropecuária de modo geral.

Ontem, tivemos aqui a reunião dos governadores. Acho que foi muito boa. O Senador Blairo ficou lá do começo ao final. E, lá, os governadores estão criando um consórcio do Centro-Oeste junto com Rondônia.



Penso que a gente não pode deixar essas iniciativas só no discurso. E aí é importante a participação de vocês que vivem a realidade e as dificuldades que lá existem.

Portanto, quero parabenizá-los, principalmente pela iniciativa do Senador Blairo.

E quero dizer que esta Comissão está aberta, pronta para que vocês estejam diuturnamente aqui nos provocando e nos ajudando, porque são vocês que conhecem a realidade e vivem o seu dia a dia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Consulto o Senador Blairo Maggi se tem algum questionamento a fazer antes de se passar a palavra ao Deputado Sachetti?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, Presidente.

Só mais uma vez quero reafirmar o agradecimento pela presença de todos e a importância desta audiência pública. Um dos pleitos aqui solicitados, que foi a carteira eletrônica...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do trabalho?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Do trabalho, ou cartão eletrônico. No dia 11/6/14, apresentei um projeto aqui no Senado. Esse projeto já foi aprovado no Senado Federal, está na Câmara Federal agora, já passou por algumas comissões e está na CCJ da Câmara. A relatoria desse projeto está com o Deputado Alceu Moreira. Então, eu pediria ao Deputado Adilton Sachetti e também ao nosso coordenador da Bancada, o Ezequiel, que procurassem o Alceu Moreira, para ele apresentar esse relatório. Chegou para ele agora no dia 27/10; é uma questão demandada por todos os setores da economia brasileira: parar com essa burocracia da carteira, levar; e você não tem essa carteira, às vezes, na propriedade, chega um fiscal... A gente sabe como o fiscal lida com isso: se está com você, ele multa porque está com você; se está com o cara, ele multa porque você não tem a carteira. Então, você vai pagar sempre. Esse é um assunto que vai desburocratizar, vai ajudar muito esses setores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Passo a palavra, então, para uma comunicação do Deputado Adilton Sachetti e, em seguida, do Deputado Ezequiel Fonseca.

Posteriormente, ao Superintendente Federal José de Assis Guaresqui.

O SR. ADILTON SACHETTI (PSB - MT) – Bom dia, Senadora. Cumprimentando a senhora, cumprimento todos que estão nesta audiência. Quero cumprimentar o Senador Blairo Maggi pela iniciativa e dizer, do que foi colocado aqui, da necessidade, realmente, de mudanças na pecuária.

Quando a gente tem uma dificuldade, essa dificuldade é a grande oportunidade de mudança, e a pecuária passa por isso. A agricultura e a pecuária, acho que vai haver uma simbiose muito forte nos próximos tempos, e os números que aí estão são o começo da produção. O Brasil realmente se tornará o grande produtor mundial.

O Mário se referiu a um dos entraves do licenciamento ambiental e nos licenciamentos, que são os EVTEAs. Nós entramos com três projetos, três PDCs, dos EVTEAs do Rio Araguaia, Araguaia-Tocantins; do Rio Tapajós, Teles Pires e Juruena; e do Rio Paraguai, da foz do Rio Apa para frente.



Então, isso está caminhando, está na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, já passou em duas comissões, depois vai para a Comissão de Agricultura, CCJ e vem para cá. Acho que, em pouco tempo, a gente vai ter aqui no Senado esses PDCs, para aprovação, e dar celeridade a esses três itens colocados.

Quero cumprimentar meus colegas produtores do Estado. É um orgulho tê-los aqui conosco.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado, pela comunicação, que nos ajuda também na efetividade da audiência. Obrigada.

Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – Bom dia, Senadora Ana Amélia. Em nome da senhora, quero cumprimentar toda a Mesa, meus companheiros mato-grossenses, que levantaram bem cedo hoje. Quero agradecer ao nosso Senador Blairo Maggi, autor do requerimento, ao Senador Wellington, aos nossos companheiros do Mato Grosso, José de Assis Guaresqui, o Deputado Adilton Sachetti, e aos colegas Deputados que não puderam estar aqui, da Bancada do Mato Grosso, porque também estão em outras reuniões plenárias.

Os números que foram colocados, de Santa Catarina e Mato Grosso, já demonstram a necessidade que temos de avançar. Tenho aqui que defender os mato-grossenses, o trabalho que os mato-grossenses têm feito, principalmente, na fronteira. Sou um Deputado lá da fronteira; tanto eu como o Guaresqui, representante do Mapa, moramos naquela região da fronteira.

Quero lembrar que, num passado não muito longe, tivemos problemas sérios de aftosa e coisas assim. Ainda no governo Blairo Maggi, feita uma parceria com a Bolívia, Mato Grosso adentrava a Bolívia para ajudar os rebanhos bolivianos, para proteger o nosso rebanho. É importante que se diga isso, Senador Blairo Maggi. Então, é uma luta constante ali na fronteira. Realmente, o Governo Federal precisa nos ajudar a fazer essa defesa.

Aproveitando esse gancho, quero me referir também à questão da evasão da fronteira que tem ali, e é muito grande. É outra questão que é necessário fiscalizar. Temos trabalhado muito, mas sabemos que existe isso. Existem brasileiros que têm fazenda na Bolívia e fazem esse transporte ali, por mais que todas as instituições lutem, trabalhem e sejam contra isso, mas há sempre uns que fazem esse tipo de coisa, para a qual nós precisamos atentar também.

Por último, lembrar aqui a questão do monopólio dos frigoríficos. A cidade de Mirassol d'Oeste, a cidade de São José dos Quatro Marcos, aliás, na minha região, nós perdemos agora, nos últimos 60 dias, mais de 2 mil empregos. Foram fechadas, pelo menos, três plantas frigoríficas, naquela região. Isso tem quebrado, Senadora Ana Amélia, a nossa região. Existe ali um monopólio, e nós não conseguimos ter garantia de que a região... Veja só, na situação em que está este País, de repente, ficamos sem dois mil empregos ali, de uma hora para outra.

Então, eu queria fazer este registro e agradecer ao Senador Blairo Maggi, porque esta audiência foi importante.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Deputado Ezequiel Fonseca.

Para encerrar, passo a palavra ao Superintendente Federal do Mato Grosso...



O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, pela ordem. Tenho uma solicitação do amigo e pecuarista Jorge Pires, que também é do Mato Grosso, de fazer uma pequena fala.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Posteriormente ao superintendente, pela ordem de inscrição.

Passo a palavra ao José de Assis Guaresqui.

O SR. JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI – Bom dia, Senadora. Quero cumprimentar os nossos Parlamentares do Mato Grosso, Ezequiel Fonseca, Adilton Sachetti, os nossos Senadores Wellington e Blairo Maggi.

O Blairo tem história interessante, no começo da sua carreira política, que depois ele pode contar, no momento oportuno, dos 13 que viraram 12. Nós dois estamos aqui e visitamos o Ezequiel naquela ocasião. Então, foi um prazer começar... Visitamos ele lá; ele não fazia parte dos 13, mas ele faz parte daquela história, quando começou sua carreira política e nos orgulhou muito em Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Guaresqui, se me permite, só para matar a curiosidade. Quando comecei, na primeira candidatura, Senadora Ana Amélia, ninguém acreditava. Eu tinha 3%, e meu adversário tinha 63%. E eu comecei lá pela região onde o Guaresqui mora, pela região de Cáceres, e subimos no ônibus, em 13 pessoas, inclusive, minha esposa, para começar a campanha. Na viagem de quatro dias, quando voltamos, um desertou, ficamos só em 12. Eu falei: que campanha vai ser essa!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E não foi o Guaresqui que desertou? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI – Não, eu arranjei o ônibus para a gente ir, eu era Vice-Prefeito da cidade de Cáceres, à época. Depois, o Senador perdeu um da delegação, mas ganhou o Mato Grosso inteiro.

Quero cumprimentar os produtores, na pessoa do Luis Olavo, meu amigo há mais de 30 anos, também da região de Cáceres, meu amigo particular e um grande representante da classe produtora.

Senadora, Senadores e Parlamentares, eu queria apenas corroborar e ratificar o que já foi dito aqui por todos, mas também apresentar um quadro dramático, que talvez não tenha sido dito aqui e que hoje nos afeta muito no trabalho de defesa agropecuária, enfim, no trabalho de impulsionar o setor da pecuária do Mato Grosso. Isso pode, se não for tomada uma decisão urgente e rápida, comprometer até o nosso mercado, que é a participação dos nossos fiscais nas plantas frigoríficas.

Só pra exemplificar, tínhamos 41 plantas frigoríficas, e foram fechadas aproximadamente 20. Com essas 20 plantas, não estamos tendo profissionais para atender o certificado de exportação. Tínhamos, no Estado, um convênio – temos ainda, mas já é quase passado – em que utilizávamos médicos veterinários cedidos pela Associação dos Médicos, através de um repasse para o Instituto de Defesa do Estado de Mato Grosso, que cedia os profissionais para atender as plantas frigoríficas dentro do Brasil. Mesmo assim, precisávamos ter profissionais para o certificado de exportação, e isso não podia ser feito por esses profissionais da Unimed.

Acontece que esse convênio foi denunciado pelo Ministério Público, e já foi decidido que temos que demitir todos os servidores que não são do quadro de carreira: são os fiscais de convênio. Além do problema que tínhamos, agora temos outro problema a defender e encarar, que é a questão dos fiscais de convênio que acompanhavam a matança. Hoje, então, se forem demitidas essas pessoas, não temos profissionais para



acompanhar a matança e continuamos com a dificuldade de emissão de certificado, que só pode ser feito por funcionários de carreira.

Então, aproveito este momento para colocar isso e solicitar aos Parlamentares que façam uma intervenção urgente, porque o próprio Ministério está com dificuldade de chamar os concursados, e estamos num impasse. Discuti isso ontem ainda com o Secretário de Defesa do Ministério, que pediu que fizéssemos uma ação paliativa. Vamos tomar essa decisão, mas ela precisa ser resolvida urgentemente, sob pena de se comprometer o nosso mercado internacional e sob pena de não abriremos exportação para os Estados Unidos e outros países, por falta de profissionais para qualificarem essas plantas para exportação.

Então, eu queria apenas passar essa preocupação e dizer que, além dessas plantas frigoríficas, temos quatro plantas de abate de suínos, seis de avicultura, 43 laticínios, que são também fiscalizados, na mesma condição eventual – um eventual muito eventual de fiscalização, pela precariedade de pessoal.

Não vou aqui falar das outras dificuldades financeiras, de veículos e da logística de Mato Grosso, pela distância que tem, porque já foi dito, mas eu queria chamar atenção para esse fato preocupante no momento em que o País precisa tanto da exportação. E Mato Grosso precisa muito mais, pela presença do agronegócio ou da responsabilidade do agronegócio para a economia do nosso Estado.

Obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Superintendente José de Assis Guaresqui.

Esse é um dilema, desde a Expointer. Desde o início deste ano, a questão da defesa agropecuária é um tema recorrente não só da Comissão, mas de outras iniciativas dos Senadores e Deputados Federais.

Passo a palavra, para encerrar as exposições, recomendado pelo Senador Blairo Maggi, autor do requerimento desta audiência pública, ao pecuarista Jorge Pires de Miranda.

Eu estava vendo aqui, Senador, não sei o endereço fixo dele. Consta Cuiabá, Rondonópolis, Sinop, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste. Conheci Lucas do Rio Verde e vi que lá também é povoado por gaúchos e catarinenses. Numa palestra na universidade, metade da plateia estava com a camiseta do Grêmio, outra metade do Inter. Daí vi de onde eram.

Tem a palavra o Sr. Jorge Pires de Miranda.

O SR. JORGE PIRES DE MIRANDA – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Obrigado, Senador Blairo, por nos receber aqui nesta Casa, no Senado da República.

Pouca coisa a acrescentar, haja vista que nossas lideranças, nossos companheiros já falaram e já relataram a importância da nossa atividade, o que representa a pecuária no Estado do Mato Grosso, onde temos o maior rebanho bovino. Somos responsáveis pelo maior fornecimento de carne para o Brasil e também grande exportador para o mundo.

Mas, algumas coisas, Senadora, precisam ser colocadas. Em Mato Grosso, pela sua organização, as nossas entidades têm-se organizado muito. A Acrimat hoje tem a responsabilidade dos seus dirigentes, inclusive, de apoiar... Nós fazemos isso muito lá no Governo do Estado, fazemos muito isso nas prefeituras. Onde existe demanda, estamos prontos para fornecer informações, para que seja mais fácil a execução dessa demanda.

Então, eu queria colocar aqui, no Senado – e também na Câmara, Deputado Adilton – que, quando se tratar de pecuária, pela sua representatividade, que possamos ser ouvidos. Aqui, Senador Wellington, tramita, no Senado, uma lei de sua autoria. Nós



queríamos ser ouvidos sobre esta lei, porque, às vezes, somos surpreendidos com leis que, muitas vezes, tornam-se inexecutáveis, e nos empurram para não podermos cumprir essas exigências, até porque são exigências não cabíveis.

Então, não só essa do senhor, mas também na Câmara, quando se tratar de alguma coisa de pecuária, hoje a Acrimat tem condição de dar um suporte técnico necessário para discutir essas questões, para que, amanhã ou depois, possamos ter leis executáveis. Nós evoluímos muito. Com essa geração que hoje representa o agronegócio do Mato Grosso, mudou muito a conscientização, de 20 anos para cá, principalmente, na área trabalhista e também na área de meio ambiente.

Hoje nós temos outra conscientização. É um Estado que pode produzir e pode dobrar a sua produção, sem ter a preocupação de desmatar, nem de colocar em risco essa questão ambiental.

Sabemos que, pelo crescimento populacional, em curto espaço de tempo, talvez sejamos chamado pelo mundo, para produzir mais. Mas, por enquanto, temos feito isso de forma respeitável e sustentável.

Eu queria apenas colaborar com isso e dizer que a nossa entidade quer seu ouvida, até para que, amanhã ou depois, essas leis possam ser mais bem aplicadas por aqueles que vão aplicá-las.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual é a lei a que o senhor se refere? De que assunto trata?

O SR. JORGE PIRES DE MIRANDA – Aquele assunto da regulamentação, do bem-estar dos animais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não é do bem-estar, é o Estatuto dos Animais. Na verdade, não é só uma iniciativa minha; há outras também, mas tomei essa iniciativa para provocar a discussão. É claro que um projeto como esse é feito pelos técnicos. Entra agora a discussão: audiências públicas serão feitas, sempre com contraditório – cada setor terá oportunidade. As comissões permanentes têm esse papel, exatamente de provocar as audiências públicas, para que a gente possa...

Agora há pouco eu já conversava ali com o Secretário Executivo da Frente Parlamentar da Agricultura, e eles já estão providenciando sugestões. O Senador Crivella, a Senadora... São mais quatro projetos com a mesma iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. Feito o esclarecimento, eu queria passar a palavra agora ao José João Bernardes, para fazer o fecho geral de tudo que foi indagado pelos Parlamentares, para conclusão.

Antes disso, eu também queria, Presidente da Acrimat, dizer que, desta audiência, Senador Blairo, surgiram muitas ideias. Quero pedir ao Senador Flexa para fazer o requerimento. O Senador Wellington fala sobre a questão do gado leiteiro, que é uma questão relevante. Então, a Comissão poderá depois, numa reunião dos Senadores que a compõem, debater um ciclo, uma sequência sobre a pecuária, dividindo o País nas regiões. O Centro-Oeste tem uma realidade; o Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com outra realidade; o Sudeste com outra realidade; o Nordeste com outra realidade; e o Norte do País, com outra realidade. Então, poderemos fazer isso numa cadeia produtiva da pecuária, não pegando só pecuária de corte, mas pecuária leiteira também, examinando todos os problemas.



Penso que essa seria uma abordagem geral. Muitas coisas ficaram aqui: a questão de confinamento, alimentação, embora se tenha falado das questões relacionadas a esse processo. Há também a questão da logística, dos portos, de preço, custo-benefício nas regiões do País, o que não foi falado.

Falou-se muito da questão da sanidade, mas, o Rio Grande do Sul... Fala-se que a Argentina tem aftose, mas a Argentina também está enfrentando problemas graves na economia, com descuido na área sanitária. Entrou aftose pela Argentina. Então, não é só a Bolívia que é risco, porque o rebanho boliviano não tem nenhum significado econômico para o país. Se o Brasil não fizer, eles não vão fazer o controle sanitário, para a questão da aftosa. Então, é um encargo a mais de gasto que tem a entidade, no caso de Mato Grosso, ou dos outros Estados que fazem fronteira com a Bolívia. E o pior é que a fronteira está um verdadeiro queijo suíço: buraco por tudo que é lado. Não se tem controle. O Sisfron, que é um grande sistema de fronteira, está com um contingenciamento de orçamento. As obras das estradas, que dividem a fronteira, como apresentado pelo presidente, também são apenas uma ideia, que, na prática, a gente não vê.

Então, amanhã nós vamos ter, como disse o Senador Dário Berger, lá em Chapecó, a partir das duas horas da tarde, sexta-feira, amanhã, o debate pra concluir o relatório dele sobre defesa sanitária. Ele foi escolhido porque Santa Catarina, como se viu, é a excelência; é o único território brasileiro que a OIE, a Organização Mundial de Saúde Animal, reconhece como zona livre de aftosa, sem vacinação. É uma concessão extraordinária.

Agora, o controle que era feito eu comparo ao que é feito no Chile, em relação à defesa sanitária para a fruticultura e também para a pecuária, para toda a questão de pescados também.

Então, a conclusão desta audiência foi na linha de ampliar para as regiões e incluir pecuária não só de corte, mas também pecuária leiteira, que é de grande... E outra: aí podemos pensar na questão da ovinocaprinocultura e outras carnes também que nós vamos debater.

E agora, então, passo a palavra ao Presidente da Acrimat, José João Bernardes.

O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – Bom, inicialmente, Wellington, os números de propriedades de rebanho envolvem a pecuária leiteira, e, obviamente, como o Jorge colocou, nós estamos nos organizando. Graças ao início dado lá pelo Blairo, na constituição dos dois fundos, o Fabov, que possibilita as ações da Acrimat, e principalmente o Fesa, que foi criado pela iniciativa privada. Hoje, nós temos, Senadora Ana Amélia, um depósito de aproximadamente R\$50 milhões.

Então, as ações que nós tivemos lá... Nós tivemos um caso atípico de vaca louca na região, de Cáceres, que foi imediatamente identificado, definido. Foram adotados todos os procedimentos. Inclusive, não houve repercussão negativa para o Brasil. E esse também lá do Norte, da estomatite, Castanheira particularmente, onde o Fesa imediatamente alocou os recursos, o pessoal, e possibilitou a solução.

Nós temos uma ação extremamente importante. Foi dito pelo Ezequiel que todos os anos esse fundo doa vacinas, e existe uma interação muito positiva entre o Mato Grosso e a Bolívia, em que são permitidas, digamos assim, ações do Indea nessa região, o que tem nos garantido. Mas a fronteira é...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Bernardes, como estamos falando aqui para o Brasil, seria importante o senhor falar um pouquinho o



que é o Fesa e quantos Estados brasileiros têm esse fundo. Não sei se vocês têm esses dados, mas, para o Mato Grosso, a importância dele.

O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – O Fesa é o Fundo Emergencial de Saúde Animal, cujos valores são pagos pelos produtores quando destinam seus animais para o abate, e ele é gerido por um grupo, ou seja, pelo Presidente da Acrimat, Presidente da Famato, representante da Ovinomat, com a participação do Ministério da Agricultura e do Indea, órgão de defesa. As deliberações são tomadas em grupo, e a Presidência dele é alternada entre o Presidente da Famato e o Presidente da Acrimat.

Esse fundo tem esses saldos, como nós dissemos; é emergencial, mas possibilita outras ações, especialmente no caso de dotação até de viaturas para melhorar essa *performance* em números insignificantes de postos, porque nós temos, Wellington, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, outros problemas envolvidos, além da pecuária de corte, pecuária de leite, que é a suinocultura. E essa vigilância é extremamente importante, como eles não estão aqui para dizer, sobre o problema da peste suína clássica, e isso exige procedimentos, inclusive de sorologia, ou seja, para constatar se existe ou não a circulação dos vírus de aftosa, suína clássica e tal.

E, obviamente, todos esses recursos, no Estado de Mato Grosso, têm sido bancados por essas entidades e por esse fundo, e isso tem dado o respaldo necessário. Em Mato Grosso, até hoje, nós temos praticamente 20 anos sem a ocorrência de febre aftosa.

Cumpre observar que neste ano foi realizada, em Cuiabá, reunião da Cosalfa, que é a reunião dos países latino-americanos em combate à febre aftosa. E discutiu-se muito: livre da febre aftosa, sem vacinação ou com vacinação. Eu gostaria, assim mesmo, de observar que o Uruguai, grande exportador – ou seja, exporta praticamente tudo o que produz –, é livre com vacinação, segundo as informações.

E a evolução para um *status* de Mato Grosso livre e sem vacinação demandará efetivamente o envolvimento, mas muito grande, do governo estadual e do Governo Federal, porque, para se alcançar esse *status*, é necessária toda uma infraestrutura, inclusive laboratorial, indústria de vacinas, porque o *status* de livre sem vacinação não significa que não vai existir a possibilidade. Então, é preciso estar preparado para, no momento adequado, reagir e defender esse Estado. Então, nós estamos trabalhando para isso, existe essa expectativa, só que nós estamos mais preocupados com a segurança da continuidade desse processo.

Nós temos o problema de fronteira, que transcende e muito o a sanidade. Nós temos um problema de segurança, de trânsito de armas, de drogas, de veículos roubados e coisas do gênero. Então, é necessário efetivamente chamar a atenção para a necessidade de o Brasil se convencer de que nós somos produtores de *commodities* – agrícolas, pecuárias e de toda a sorte. E é importante que os recursos necessários sejam alocados, as pessoas sejam contratadas, e isso entre em uma pauta efetivamente relevante, para que efetivamente mostremos ao mundo que nós produzimos e estamos preparados para atender todo nível de exigência, seja de que ordem for.

Então, a Acrimat é um exemplo das possibilidades; ou seja, um segmento organizado consegue mobilizar-se não apenas no que se refere a recursos, mas principalmente na conscientização de todos os atores que participam, e consegue inclusive encaminhar todas essas demandas, ser ouvido e cobrar que isso seja um processo evolutivo. Isso porque é inadmissível que o País, que, desde a minha infância, estudo como tendo distinção agropecuária, não tenha essa importância reconhecida efetivamente por aqueles que governam este País.



Então, acho que, sintetizando isso, nós nos sentimos extremamente recompensados por esta oportunidade e temos a certeza absoluta de que as pessoas que nos ouviram estarão um pouco mais abertas a reconhecer que nós estamos fazendo a nossa parte. O Brasil hoje detém mais de 80% da sua população urbana, e, em todos os eventos que nós ouvimos, quem é cobrado em conservação ambiental e manutenção do *status* sanitário bovino são apenas os 15%, digamos assim, que cuidam das propriedades.

Então, é importante que falemos, é importante que digamos o que efetivamente sentimos e é importante que nós desenvolvamos efetivamente ações para propagar esse estado de coisas e modificar para melhor o Brasil em que nós vivemos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente.

Acrescido a isso, sempre lembro que a qualidade da carne bovina oferecida ao consumidor brasileiro tem a mesma qualidade da carne que o consumidor estrangeiro recebe. Há uma preocupação enorme do ponto de vista da sanidade, mas a indústria instalada, que cumpre todas as suas obrigações, o pecuarista que faz rastreabilidade, vacinação nas datas adequadas e o cuidado sanitário que tem não pode ser responsabilizado pelo chamado abate clandestino, que ocorre. É um risco, porque esse animal pode ter sido roubado, pode ter sido contaminado, pode ter sofrido um acidente. Então, a carne não vem. O abate clandestino no Brasil é um problema grave para a saúde pública e também para pecuaristas e para a indústria devidamente instalada.

Então, eu queria, mais uma vez, em nome do Senador Blairo Maggi, que requereu esta ilustrativa audiência pública, agradecer ao Presidente da Acrimat, José João Bernardes; ao Conselheiro Fiscal da entidade, Mário Roberto Cândia; ao pecuarista Luis Olavo Sabino dos Santos, também sócio da Acrimat; ao Luiz Carlos Meister, pecuarista da Associação dos Criadores, Acrimat; ao Arno Schneider, que é também membro da Associação dos Criadores, e também ao Jorge Miranda, que nos deu também o prazer da visita. Agradeço aos Deputados do Mato Grosso, que nos deram o prazer da sua presença.

Está encerrada a reunião, com os renovados agradecimentos ao Senador Blairo Maggi, lembrando que amanhã, às 14h, em Chapecó, Santa Catarina, teremos o ciclo de palestras da Comissão sobre a questão relacionada à defesa agropecuária em Santa Catarina e à construção de um padrão de excelência para o País. Lembro que a reunião se refere ao processo de avaliação da política de defesa agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

Está encerrada esta audiência e esta reunião. Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)